

AVALIANDO O RISCO NUTRICIONAL EM CRIANÇAS EM IDADE PRÉ-ESCOLAR: COMPETÊNCIA DO ENFERMEIRO NA ATENÇÃO BÁSICA

Beatriz Rosana Gonçalves de Oliveira¹, Neusa Collet², Dannyelly Dayane Alves da Silva³, Célia Alves Rozendo⁴

A partir da implementação do programa federal Bolsa Alimentação, pela Secretaria Municipal de Saúde de Cascavel – PR, ampliou-se o atendimento das crianças que eram acompanhadas de zero a 24 meses para o acompanhamento das crianças de seis meses a seis anos e onze meses, gestantes e nutrizes. No transcorrer das consultas de enfermagem para avaliação dos requisitos do programa, nos deparamos com crianças de idade pré-escolar, ou seja, na faixa etária de 2 a 6 anos, em estado de risco nutricional ou próximo ao risco. Frente a isso nos questionamos quanto à existência e/ou eficácia dos meios existentes para detecção do risco nutricional nessa faixa etária visto que o acompanhamento periódico, em nossa realidade de saúde atual é efetuado pela enfermagem até os 24 meses de idade na puericultura, e o atendimento médico é realizado mediante agendamento quando um problema de saúde está presente, sendo voltado para a cura da sintomatologia apresentada na consulta médica. As crianças consideradas de risco nutricional são aquelas situadas abaixo do percentil 10 da relação peso/idade, seguindo o padrão NCHS – *National Center for Health Statist*⁽¹⁾. Por acreditarmos que existem falhas na detecção e na assistência de enfermagem referente ao risco nutricional das crianças dessa faixa etária, trabalhamos com as hipóteses que: o risco nutricional em crianças com idade pré-escolar vem passando despercebido pela assistência de enfermagem; que inexistem planos de assistência para crianças nessas condições e/ou que existem falhas no sistema de assistência já existente; e, que a ocorrência de risco nutricional apresenta influência de fatores sócio-ambientais relacionados. O crescimento geralmente refere-se ao processo que resulta em aumento de tamanho, enquanto o desenvolvimento refere-se ao aumento e à complexidade das formas e funções, sendo que os períodos de maior crescimento se dão do nascimento a adolescência. Embora o ritmo de crescimento varie de criança para criança, tendo cada uma seu cronograma com regras estabelecidas, existem parâmetros que devem ser seguidos a fim de comparação média para acompanhamento do crescimento e desenvolvimento^(2,3). Para tanto, estabelecemos como objetivos identificar a ocorrência de risco nutricional em crianças em idade pré-

¹ Enfermeira, mestre em Enfermagem Fundamental, doutoranda em Enfermagem em Saúde Pública na EERP/USP, docente do Curso de Enfermagem, campus Cascavel, da Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE.

² Enfermeira, doutora em Enfermagem, docente do Curso de Enfermagem da Universidade Federal da Paraíba

³ Acadêmica de Enfermagem 6º Período Escola de Enfermagem e Farmácia da UFAL, e-mail: danyy_san@hotmail.com

⁴ Enfermeira, doutora em Enfermagem, docente do Curso de Enfermagem da Universidade Federal da Paraíba

escolar, de dois a seis anos de idade; verificar os fatores relacionados à ocorrência do risco nutricional na faixa etária pesquisada e avaliar a necessidade de ações de enfermagem na atenção básica relacionadas às crianças em idade pré-escolar. Utilizou-se como opção metodológica à pesquisa quantitativa, cujo trabalho de campo foi desenvolvido com crianças de dois a seis anos vinculadas a centros de educação infantil de um bairro periférico de população de baixa renda do município de Cascavel – PR. As técnicas de pesquisa utilizadas foram a documentação indireta – pesquisa bibliográfica e documental e a técnica de coleta de dados adotada foi à mensuração antropométrica registrada em formulário próprio. Como a população alvo da pesquisa é um contingente muito numeroso, foi utilizada a técnica de amostragem probabilística de grupo⁽⁴⁾. A pesquisa obteve aprovação do Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos da Unioeste. A coleta de dados foi agendada previamente nos centros de educação infantil e ocorreu nas dependências dessas instituições, em local específico preparado pela pesquisadora com os instrumentos necessários – balança e antropômetro, sendo os dados registrados no formulário de coleta de dados. Os dados sócio-econômicos das crianças foram obtidos da documentação familiar pertencente aos CEI's. Os dados obtidos foram agrupados e ordenados, para obtenção do padrão de normalidade ou anormalidade, de acordo com o padrão NCHS de referência. O conjunto das famílias pesquisadas foi de 180 famílias. Em relação à composição familiar, dentre os menores de idade, em maior número estão as crianças em idade pré-escolar, em torno de 30% dos membros, essas famílias têm em média 4,5 pessoas. A renda familiar em 88% das famílias foi inferior a três salários mínimos. A escolaridade dos membros da família em quase 49% delas foi o primeiro grau incompleto. Em relação à assistência à saúde, 91% das crianças são atendidas nas unidades básicas de saúde de seus bairros de referência. O total de crianças da amostra foi de 204, em torno de 86% delas apresentam peso normal para a idade segundo o padrão NCHS. Dos 14% de crianças com desvio de normalidade para o peso, o que corresponde a 29 crianças, 13 apresentaram sobre-peso e 16 peso abaixo da normalidade, sendo que, dessas últimas, 11 estão em risco nutricional e 5 com baixo peso. Quanto à altura, 85% das crianças pesquisadas estão acompanhando os padrões adequados de normalidade. Um fator a ser considerado como influente no grande número de crianças da população estudada com peso dentro da faixa de normalidade é que, como passam o período integral do dia nos centros de educação infantil, recebem as refeições nesse local, e por esse motivo obtêm oferta regular e de qualidade de alimentos, o que lhes proporciona uma boa nutrição. Em relação ao sobre-peso, a dieta inadequada, ou seja, o consumo em excesso de alimentos ricos em calorias em substituição as refeições saudáveis, resulta em crianças e jovens obesos, o que ainda sofre influência do fator hereditário. As condições sócio-econômicas influenciaram no baixo peso apresentado

pelas crianças. Percebeu-se a ocorrência de risco nutricional na população estudada e mesmo sendo em número reduzido, trata-se de um problema de saúde pública com necessidade de intervenção e acompanhamento pela equipe de saúde. Quanto aos fatores sócio-ambientais influentes para o risco nutricional encontrou-se a ausência de saneamento básico, famílias estendidas com renda inferior a três salários mínimos e baixa escolaridade, o que resulta em um ambiente impróprio a favorecer o crescimento e desenvolvimento. Além disso, as ações de enfermagem na atenção básica são necessárias para intervenção nessa realidade e devem compreender a visita domiciliar a fim de diagnosticar a realidade das crianças da comunidade com vistas a detectar precocemente aquelas em risco nutricional; acompanhamento periódico do crescimento e desenvolvimento, para além do período de puericultura; realização de ações de saúde em outros ambientes da comunidade, tais como os próprios centros de educação infantil, escolas, associação comunitária, entre outros; participação de grupos de mobilização na comunidade visando a promoção da saúde e o despertar para a solução de problemas tais como os de saneamento básico encontrados na pesquisa. Espera-se com esse estudo contribuir para a reflexão dos profissionais enfermeiros e mesmo da equipe de enfermagem que atuam na atenção básica em saúde quanto à importância de incluir no planejamento de suas atividades cotidianas a implementação de ações para o universo de crianças institucionalizadas em unidade de educação infantil ou creches, as quais, embora sob cuidados do Estado no setor de educação, podem e devem ser incluídas nas ações de prevenção e promoção à saúde dos enfermeiros no âmbito da atenção primária. Reafirmamos a competência e autonomia desse profissional com tais ações, incluindo a saúde do pré-escolar e do escolar no seu fazer cotidiano, ou seja, no local em que acreditamos que deva estar, na unidade de atenção primária a saúde, seja saúde da família ou unidade básica de saúde.

DESCRITORES: nutrição da criança, pré-escolares, atenção básica a saúde.

REFERÊNCIAS:

1. BRASIL. Ministério da Saúde. **Programa de combate às carências nutricionais**. Portaria nº 709/GM de 10 de junho de 1999. Brasília (DF): MS; 1999.
2. Marcondes E. **Desenvolvimento da criança: desenvolvimento biológico – crescimento**. Rio de Janeiro (RJ): SBP; 1994.
3. Thompson ED, Ashwill JW. **Uma introdução à enfermagem pediátrica**. 6ª ed. Porto Alegre (RS): Artes Médicas; 1996.
4. Lakatos EM, Marconi MA. **Fundamentos de metodologia científica**. 3ª ed. São Paulo (SP): Atlas; 1991.